

## PROGRESSIVAS DO ITCMD: PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E JURISDIÇÃO TRIBUTÁRIA

Jeferson Ferreira dos Santos Aluno do 6º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2018-2019). Thaís Savedra de Andrade Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Professora do curso de Direito da FAE Centro Universitário.

Contato: jeferson.santos@mail.fae.edu  
thais.savedra@fae.edu

### RESUMO

O presente ensaio científico pretende, sob o olhar crítico, promover o resgate histórico de um dos mais antigos tributos, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Buscar-se-á explorar, através de pesquisas bibliográficas, empíricas, dialéticas e também teleológicas, os aspectos gerais desse tributo e suas incursões históricas, ambicionando-se, ainda, sob o enfoque da capacidade contributiva, apontar aspectos do entendimento levado a efeito pelo STF, que decidiu pela constitucionalidade de alíquotas progressivas para o tributo em exame. Por meio de um levantamento bibliográfico, é possível compreender, ainda, alguns elementos estruturais do referido imposto e dialogar com questões relevantes da história e da teoria do direito tributário, tais como progressividade, pessoalidade e princípio da igualdade. O estudo não consiste em esgotar o tema, mas, provocar a real necessidade de planejar-se com o futuro dos bens, as possibilidades de implantar meios que possibilitam afastar, de maneira lícita, o avançar do Estado para fins tributários.

Palavras-chave: Constitucionalidade. Alíquotas Progressivas. Jurisdição Tributária. Capacidade Contributiva.